

Cooperação Moçambique-Portugal

Boas perspectivas

— Entrevista com o Primeiro-Ministro português Pinto Balsemão

Pinto Balsemão, o novo Primeiro-Ministro português, aceitou falar com Alves Gomes para a «Revista TEMPO». Foi uma conversa breve, mas produtiva e em que foram esclarecidas as posições que vinham enovando as relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique.

Afirmando que existe um novo estado de espírito da parte portuguesa em relação à futura cooperação com Moçambique, o Primeiro-Ministro português confirmou o desejo de se «chegar a entendimentos viáveis, úteis e no interesse real dos dois países com respeito total pelas diferentes ideologias». Mas Pinto Balsemão fala, igualmente, da situação política no seu país onde o seu Governo, o décimo terceiro depois do 25 de Abril, acaba de tomar posse.



Pinto Balsemão, Primeiro-Ministro português

TEMPO — O Sr. Primeiro-Ministro apresentou, recentemente, na Assembleia da República o programa do seu Governo. Quais são os princípios elementares desse programa?

PINTO BALSEMÃO — A consolidação da democracia em Portugal que, para nós, passa pela revisão constitucional, e a criação de condições de paz e segurança dentro do país, bem como a criação de uma boa convivência internacional.

T — E, quais são os grandes objectivos desse programa?

P.B. — Os grandes objectivos são aquilo que temos chamado de libertação da sociedade civil e que, muito resumidamente, se explica da seguinte forma: em Portugal, tradicionalmente, o Estado sempre teve uma função demasiado absorvente, demasiado burocrática, não deixando libertar os verdadeiros valores do povo e da sociedade em que o povo está organizado. A nossa intenção é que esses valores possam ser libertados não apenas no plano económico, valorizando-se a iniciativa privada e o sector cooperativo, mas também no plano cultural — por exemplo, não haver um teatro de Estado, uma imprensa de Estado, etc., como factor predominante.

Queremos deixar que as pessoas se organizem para que criem a sua própria cultura. Isto tem a haver com todas as formas de associativismo, quer no aspecto desportivo, quer no aspecto hospitalar — em 1980, por exemplo, fizemos reviver as tradicionais «Misericórdias» portuguesas que tinham sido abafadas e que agora estão a ser reavivadas.

O segundo objectivo, é o desenvolvimento harmonioso do país.

Temos como meta, atingir, dentro do nosso mandato, a adesão plena ao mercado comum europeu, o mais cedo possível. Por isto, estamos conscientes que é preciso introduzir várias modificações estruturais internas no país.

T — Alguns jornais portugueses afirmam que a formação do seu Governo tinha sido feita dentro de um difícil equilíbrio de forças. O Sr. Primeiro-Ministro afirmou, contudo, que não tinha encontrado problemas. Eu gostaria de lhe perguntar, tomando em conta que este é o 13.º Governo após o 25 de Abril em Portugal, se vê perspectivas de o seu Governo não ter o mesmo fim que os outros precedentes?

P.B. — É esse o meu propósito e é nessa perspectiva que estou a trabalhar. Daí também ter fixado um ritmo e um calendário para a formação do Governo que foi absolutamente cumprido. Não se pode esquecer que ainda estamos a viver a tragédia que vitimou o Dr. Sá Carneiro que, como é evidente, teve uma importância pessoal e política para todos nós.

T — Isso significa que a correlação de forças dentro da Aliança Democrática lhe é favorável?

P.B. — No caso do meu Partido (Partido Social Democrata — PSD) fui designado futuro Primeiro-Ministro por esmagadora maioria dentro do Conselho Nacional e, isto é importante, essa maioria foi obtida por voto secreto.

Em termos da «Aliança Democrática», tive todo o apoio dos dois outros partidos. Também quis garantir e corresponder a esse apoio (na formação do Governo) com a nomeação de homens competentes. O apoio que tive foi demonstrado publicamente pela votação de moções de rejeição do PS, PC e MDP ao programa do Governo. Como sabe, os 134 deputados da AD votaram contra essas moções e logo a seguir votaram a moção de confiança que o Governo apresentou para, pela afirmativa, demonstrar publicamente o apoio que tem.

T — O Sr. Primeiro-Ministro esteve, no fim-de-semana, na Suíça onde participou numa reunião em que estavam representados os países do Mercado Comum Europeu. Pode-se compreender a sua participação como parte da apresentação da candidatura do seu país ao Mercado Comum?



Portugal teve de recorrer frequentes vezes às eleições antecipadas para resolver o problema de instabilidade governamental. A gravura mostra-nos Sá Carneiro, Primeiro-Ministro já falecido apresentando o cartão de voto num dos escrutínios

P.B. — Não foi bem isso. Tratou-se de uma reunião privada de empresários quer da Europa, quer de outros países como o Japão, Estados Unidos, Austrália, Canadá, pela participação de pessoas importantes ao nível empresarial, ao nível de gestão.

É um grupo bastante grande de empresários, 200 ou 300. Fui lá para falar dos objectivos do meu Governo — entre eles a entrada na CEE. O objectivo não era apenas abordar a admissão de Portugal no Mercado Comum, mas para explicar os resultados obtidos no ano passado pela AD e os que pretendemos atingir, agora que temos a perspectiva de governar quatro anos com maior estabilidade política, dado o mandato que temos e com base na maioria alargada de que também dispomos na Assembleia da República.

T — Até que ponto pode Portugal beneficiar da sua entrada no Mercado Comum Europeu quando se trata de um país com limitados recursos económicos, comparativamente pouco industrializado e vivendo um momento de crise económica?

P.B. — Portugal já obteve financiamentos através de um programa de acções comuns, uma parte dos quais são oferecidos pelas comunidades europeias para lhe permitir a sua adesão no Mercado Comum. Isto repercute-se na construção de estradas desde o norte até ao sul, no sentido do mar para a Europa e não somente através do litoral, no aumento da navegabilidade do (rio) Douro no sentido Oeste-Este. Consiste ainda, na reconversão de pequenas e médias empresas industriais o que para nós é

fundamental pois são essas empresas que constituem o grosso das empresas portuguesas. Há igualmente programas de formação profissional, que é um capítulo essencial.

Para já, só obtivemos vantagens, que estão já a ser implementadas. Mas, por outro lado, temos de dimensionar a nossa agricultura e a indústria para que não venhamos a ser vítimas da concorrência que vamos ter de enfrentar. Teremos ainda a vantagem de beneficiarmos do mercado livre de mão-de-obra, podendo o trabalhador português ter acesso a qualquer país do Mercado Comum.

Por todas estas razões é que este Governo criou um Ministério da Integração Europeia que vai preparar o país ao longo destes anos, para a sua entrada no Mercado Comum Europeu.

T — O Governo dirigido por Sá Carneiro mostrou-se muito interessado em iniciar uma nova época nas relações de cooperação com Moçambique. Como irá o seu Governo prosseguir e eventualmente desenvolver essas relações?

P.B. — No Governo anterior deu-se uma importante alteração em relação à linha seguida até aí. Essa alteração resulta de se ter partido do princípio de que a existência de um contencioso não devia invalidar, mas estimular, a necessidade de uma cooperação.

Este estado de espírito, criou as possibilidades de cooperação, demonstra a vontade de se resolverem os problemas existentes e, por outro lado, cria novos campos de entendimento.

Isto que lhe estou a dizer consta do programa de política externa do PSD e do qual sou em parte responsável.

T — Falou do contencioso que aparentemente entravou todo o processo das relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique. Agora porém afirma-se do lado português que esse contencioso faz parte do passado e que não se falará mais em pagamentos...

P.B. — Exacto. O que eu penso é que há outros problemas a resolver.

T — Para si, como Primeiro-Ministro, porque é que existiu este contencioso que ao fim e ao cabo só travou as relações entre os dois Estados?

P.B. — Houve p r o b l e m a s materiais que afectaram interesses de pessoas e que não podemos ignorar. De início houve também a tendência para que as relações não se fizessem a nível de Estados, mas mais por pressão de certas forças partidárias, de partidos a partidos, de pessoas conhecidas a pessoas conhecidas, o que não deu a dignidade e a continuidade que devem ter as relações entre Estados.

Nós pensamos que sem qualquer interferência de um país nos assuntos do outro e respeitando a independência e a não-ingerência, se pode caminhar no sentido de manter as relações entre os Estados.

Estou convencido que vamos conseguir chegar a entendimentos viáveis, úteis e no interesse



Os vários governos de Portugal que se substituíram ao longo dos últimos seis anos enfrentaram um problema sério neste país: o desemprego

real dos dois países com respeito total pelas diferentes ideologias.

Em Fevereiro ou Março irá a Moçambique uma importante delegação portuguesa, chefiada por um elemento do Governo. Penso que será um passo importante. Por outro lado, temos instrumentos importantes já criados; falo do Acordo Geral de Cooperação, que deve ser implementado.

T — Qual o conteúdo a dar a estas relações?

P.B. — Acho que se não deve esquecer que são dois Estados independentes. Em segundo lugar, temos traços comuns que não são só a língua, mas também históricos — e não há qualquer problema em afirmar isso —, que têm que ser respeitados, que têm de ser desdramatizados.

Há um substracto profundo entre Portugal e Moçambique que não existe entre Portugal e a maior parte dos países do mundo. É esse factor que devemos aprofundar num sentido positivo.

T — Pensa que a abertura do seu Governo na perspectivação das futuras relações com Moçambique trarão novos incentivos à participação portuguesa em projectos económicos em Moçambique?

P.B. — Depende dos empresários portugueses. Julgo que quantos mais empresários portugueses virem da parte do Estado uma vontade política de se institucionalizarem as relações, mais vontade terão de investir.

T — E qual é a vossa capacidade?

P.B. — É bastante limitada. Não podemos concorrer com as grandes potências.

T — Fala de capacidade financeira?

P.B. — Exacto.

T — Mas há a capacidade técnica.

P.B. — Sim, há já várias empresas de projectos a trabalhar em Moçambique e a esse nível temos bastante para fazer.

Mercê da língua e mercê do nosso conhecimento recíproco haverá um determinado tipo de campos, desde a medicina à educação, e que Portugal **nada irá impor, mas onde poderá atender a pedidos de cooperação que venham de Moçambique.**

Do nosso lado há essa vontade e eu espero que do lado de Moçambique ela exista também e seja demonstrada por factos concretos.

T — Tenho uma pergunta impertinente a fazer-lhe.

P.B. — As respostas é que podem ser impertinentes.

T — O Jornal que você dirigia antes de ser Primeiro-Ministro, o jornal «Expresso», publicou recentemente uma lista dos documentos necessários a um português para que possa ir co-

operar a Moçambique. São precisos 25 documentos. Como ultrapassar esta intempérie burocrática?

P.B. — É nesse sentido que eu há pouco falava na necessidade da libertação da sociedade civil. O nosso Estado é realmente muito burocrático e temos de nos ir libertando disso, o que não é fácil, porque existe uma determinada classe burocrática.

T — São dificuldades que me parecem que devem ser ultrapassadas.

P.B. — E serão, certamente. Essas dificuldades são, aliás, um óptimo exemplo do que lhe dizia há pouco. É por aí, também, que passa a libertação da sociedade civil.

T — Qual é a posição do seu Governo face à situação na África Austral, particularmente em relação ao apartheid e ao problema da Namíbia?

P.B. — Nós temos tomado ao nível das Nações Unidas posições contra o apartheid. Entendemos que há necessidade de se resolver o problema da Namíbia de acordo com o plano das Nações Unidas.

Ainda agora, no comunicado da visita do Presidente do Brasil (a Portugal) essa posição foi novamente definida. Por isso condenamos tudo aquilo que infrinja este tipo de resoluções. Desejamos que seja encontrada uma forma pacífica de se resolver o conflito da Namíbia. No Zimbabwe isso foi possível, apesar da guerra.

T — O anterior Governo português tentou, pela primeira vez, envolver-se na procura de uma solução para o problema de Timor-Leste. Que responsabilidade sente o seu Governo em relação a este caso?

P.B. — O que nós pretendemos é que o Povo de Timor-Leste tenha acesso à autodeterminação.

T — Mas o Governo de Sá Carneiro tomou iniciativas.

P.B. — Tomou iniciativas porque notou que, nas instâncias internacionais começa a haver desinteresse pelo problema de Timor-Leste, que era preocupante. Como estamos conscientes dos problemas humanitários que surgem em Timor-Leste estamos a tentar **resolvê-los ao mesmo tempo que procuramos uma solução política.**

T — Mas estará o Governo português disposto a tomar uma posição idêntica àquela que o presente governo inglês tomou em relação à Rodésia?

P.B. — É uma pergunta que para além de ser feita a nós, deve também ser feita à Indonésia.

**Entrevista conduzida por
Alves Gomes**